

SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

CNPJ nº 30.321.285/0001-23

Ofício 08/2018

Angra dos Reis, 14 de dezembro de 2018

À:

Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA
IBAMA sede
SCEN Trecho 2 - Edifício Sede – L4 Norte
Brasília – DF
70.818-900

C/C: Comissão Nacional de Energia Nuclear; Prefeitura Municipal de Angra dos Reis;
Ministério Público Federal

Assunto: Reunião Informativa sobre construção e licenciamento do depósito intermediário de rejeitos de alta intensidade

Prezado Senhor(a),

A SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica desde sua fundação, em 1983, tem na questão nuclear uma de suas principais frentes de atuação. Apesar de sua atuação histórica, não recebeu qualquer convite para a reunião informativa ocorrida dia 01/12/2018 a partir das 15 h na Praia Brava sobre a construção do depósito de combustível irradiado. A própria divulgação do evento ocorreu de forma restrita, com no máximo uma semana de antecedência e, quase que exclusivamente, nos arredores da Central Nuclear.

A proposição de realização de uma audiência pública, dentro de um processo de licenciamento ambiental com elaboração de Estudos de Impacto Ambiental ao invés da tal "Reunião Técnica Informativa" foi já abordada no Ofício SAPEnº 07/2018, de 11 de novembro de 2018. E, ao se considerar que o público participante da reunião do dia 01/12, estimado em cerca de 150 pessoas, foi majoritariamente formado por homens brancos, empregados da empresa que em parte devem também ser moradores da Praia Brava e/ou das vilas da empresa, e a própria justificativa da empresa, que apontou esse como o maior público interessado, constatamos que o formato da reunião, data e horário visou restringir a publicidade do processo de licenciamento e dificultar que a população tome ciência dos procedimentos que estão sendo planejados.

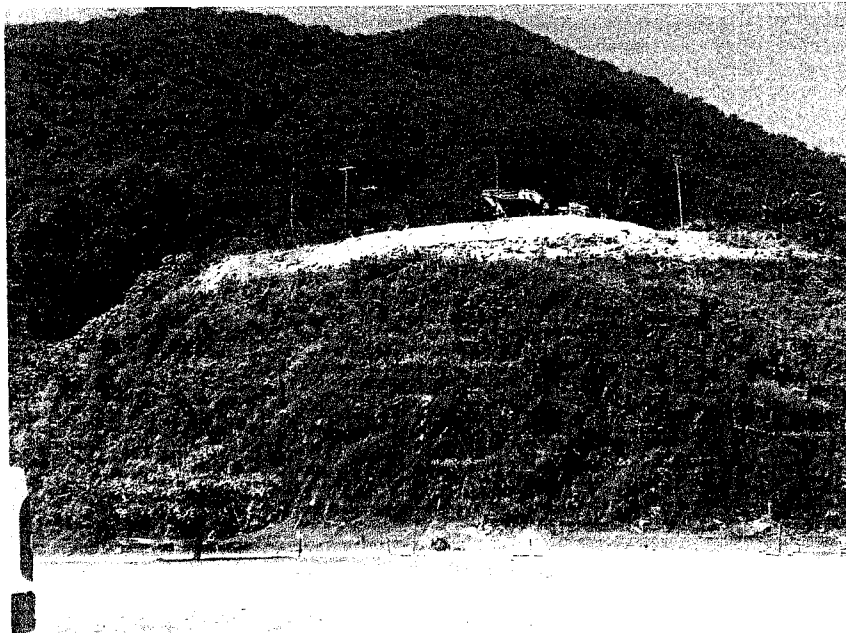
A "Reunião Informativa", ao não abordar as questões de segurança nuclear, ao não abordar os riscos de contaminação radioativa inerentes à atividade, não cumpre o seu papel que seria o de dar alguma transparência ao processo. Ao que se depreende das afirmações do técnico da CNEN, as discussões sobre o depósito se iniciaram em 2016, o Relatório Preliminar de Análise de Segurança está em análise pela CNEN e a sociedade não teve acesso nem ao relatório nem aos pareceres da CNEN. Como a maior preocupação em relação ao processo diz respeito justamente ao manejo do



SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

CNPJ nº 30.321.285/0001-23

combustível irradiado constatamos que o licenciamento em curso no IBAMA restringe-se as obras de preparo de terreno para alocação dos sarcófagos com combustível irradiado, desconsiderando todos os riscos ambientais referentes ao manejo deste material com alto teor de radioatividade. E constatamos que as obras para preparação do terreno já estão em andamento, conforme pode ser visto na foto abaixo, tirada no dia 11 de dezembro de 2018.



Necessário destacar o eufemismo utilizado pelo representante da Eletronuclear, ao afirmar não se tratar de um depósito de rejeitos radioativos, mas sim de um depósito de “armazenamento”, pois este material pode ser reciclado, quando houver uma tecnologia capaz de reduzir o custo desse procedimento. A afirmação parece não ser factível já que o mesmo técnico coloca a vantagem do depósito seco em relação ao úmido por sua capacidade de ampliar o pátio de armazenagem tantas vezes quanto for necessário. Ou seja, a depender dessa perspectiva o depósito a seco permitirá o armazenamento de combustível irradiado indefinidamente, até que um dia haja tecnologia para seu reprocessamento. No entanto, a afirmação não se fez acompanhada de parâmetros quanto sua realização e perspectiva temporal; ou seja, quanto tempo se estima para iniciar o reprocessamento, quais métodos serão utilizados, e para que esse material será utilizado.

Finda a reunião permanecem sérias dúvidas quanto aos procedimentos e manejo do combustível irradiado relativas a retirada, transporte e armazenamento de material com altos teores de radioatividade para fora da área restrita. Ao retirar o material da piscina e colocar as varetas nos tais “canisters”, estes receberão radioatividade. Os tais “cascos de transferência” não levarão radioatividade da área interna para a área externa? Como será esse processo de retirada da radiação dos cascos? Será possível zerar a radiação do casco ao retirar da cúpula de segurança? O processo de limpeza dos cascos utilizará qual material(hélio)? Como é feito o

SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

CNPJ nº 30.321.285/0001-23

armazenamento desse material? Exige reposição? E a disposição final desse material como é feito? No processo de transporte haverá uma passagem da área restrita dentro do reator para a área externa. Quais os riscos de vazar radioatividade para o meio? Quais os procedimentos para evitar que isso ocorra? E no armazenamento do combustível irradiado, que estima-se que saia da piscina a uma temperatura de 380 graus centígrados, quais os cuidados para que o arejamento natural ocorra sem riscos de superaquecimento que provoque rachaduras e/ou qualquer tipo de avaria que resulte em vazar a radiação ao meio – ou mesmo de alterar significativamente a temperatura ambiente no entorno do local de armazenagem? Quais serão os procedimentos de rotina para verificar o sistema de ventilação e como se dará o monitoramento dessa área? Por fim, qual o tempo previsto de armazenamento deste material a céu aberto?

Outro aspecto a ser considerado diz respeito a segurança do local onde serão armazenados os cascos. A área fica próxima a rodovia Rio-Santos e do centro de visitantes. Foram considerados os riscos em função dos índices de violência da cidade de Angra dos Reis, do poderio bélico verificado das organizações criminosas; assim como as incertezas provocadas com a eleição de um novo presidente que tem provocado países do Oriente Médio e Venezuela? Como se dará a segurança da área de armazenagem em relação aos riscos externos?

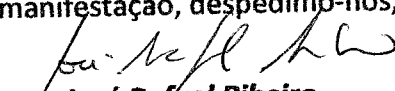
E ainda, haverá monitoramento da radioatividade na área de estocagem dos cascos? Como será feita? Quais os procedimentos previstos em caso de vazamento? Quais os procedimentos previstos de comunicação ao público caso isso ocorra?

Ou seja, consideramos que esta única reunião, ocorrida em local e data que restringiram a ampla participação da sociedade, foi claramente insuficiente para garantir transparência ao processo e elucidar a população sobre o que está sendo proposto.

Diante das questões expostas, sem desconsiderar as solicitações do Ofício SAPE nº 07/2018, solicitamos:

1. Realização de audiências públicas em Angra dos Reis e Paraty, como previsto inicialmente no próprio processo de licenciamento junto ao IBAMA, explicando a proposta de armazenamento, manejo do material radioativo, e as medidas de segurança que serão tomadas;
2. Apresentação das licenças ambientais para as obras já em andamento na área onde será feito o depósito e/ou explicar do que se trata a preparação do terreno em curso;
3. Resposta às perguntas presentes nesse ofício.
4. Acesso público ao "Relatório Preliminar de Análise de Segurança" elaborado pela Eletronuclear e encaminhado à CNEN, bem como aos pareceres elaborados pelos técnicos da CNEN sobre este relatório.

No aguardo de Vossa manifestação, despedimo-nos, cordialmente,


José Rafael Ribeiro
Conselheiro da SAPÊ